

## **PRÁXIS: Videoconferência 11 de dezembro de 2024**

### **“Livro Verde para a Sustentabilidade do Sistema Previdencial: uma leitura crítica necessária”**

#### **Transcrição da intervenção de abertura: Henrique Sousa (Práxis)**

A todos Obrigado pela vossa participação como é sabido o atual governo colocou em apreciação pública até o dia 15 de dezembro o livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial e este é um tema sobre o qual Práxis já têm refletido e que faz parte do núcleo dos nossos interesse fundamentais de estudo e reflexão em ligação com o mundo do trabalho e estado social, e por isso, a Praxis decidiu participar ativamente no debate e reflexão crítica sobre este pilar fundamental do estado social e para isso convidamos três reconhecidos especialistas que hoje estão aqui conosco e a quem agradecemos a aceitação do convite que fizemos, são eles, o Vítor Junqueira, economista, fez parte da comissão que elaborou este livro verde que hoje debatemos, também foi diretor do centro Nacional de Pensões entre outras funções ligadas às questões da segurança social, o José Cid Proença, jurista ex diretor-geral da segurança social com uma longa carreira de serviço público, responsável e especializado nesta área e que também já colaborou com a Práxis numa excelente conferência realizada há pouco mais de 1 ano e continua disponível online que é um bom instrumento pedagógico de informação sobre o sistema da segurança social e finalmente, mas não por último, a Maria Clara Murteira economista professora da faculdade de economia da Universidade de Coimbra com obra conhecida e publicada sobre estas temáticas designadamente sobre o sistema de pensões, e que acaba de publicar na edição portuguesa de dezembro do “Le Monde Diplomatic”, um artigo de análises exatamente a este livro verde que hoje queremos aqui debater. Em tão qualificada companhia vamos ter certamente um bom e interessante debate em que estarão presentes certamente uma pluralidade de visões sobre o tema mas com forte denominador comum a defesa do nosso sistema público de segurança social e em especial do nosso sistema previdencial. Algumas notas breves que Gostaria de colocar para indução e apresentação do nosso debate a que seguirão nas intervenções iniciais dos novos três especialistas convidados, e depois abertura à participação de todos no limite do tempo disponível. A elaboração deste Livro Verde

foi uma decisão do anterior governo socialista, em 2022, que então constituiu uma comissão por despacho, a quem atribuiu a missão de elaborar, sito, “*um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial em concreto no que respeita à vertente do sistema de Pensões*”. Se a composição da comissão nomeada, desde logo, a alguns de nós suscitou dúvidas e reservas, sobre o equilíbrio político, técnico e social da sua composição e da sua pluralidade, o livro verde agora vindo a público, parece exceder a finalidade inicial que lhe foi atribuída no despacho governamental. Recordamos que o sistema providencial é a parte contributiva do sistema público de segurança social, tem por base a solidariedade profissional intergeracional e é no fundamental auto financiada pela tributação dos rendimentos do trabalho assegurando prestações sociais, pensões, subsídios de desemprego, doença e outros, para cobrir riscos e eventualidades dos trabalhadores como contrapartida das contribuições pagas. Ora, o livro verde apresenta uma extensa área de análise e de propostas também sobre outros temas, em concreto, os regimes complementares de capitalização que se situam fora do perímetro do sistema previdencial e avança também por outros territórios igualmente fora do sistema previdencial como a questão do regime do complemento solidário para idosos situado na área da proteção social de cidadania e que constitui uma componente do sistema financiada pelo orçamento de estado. O significado destas incursões do documento ficará certamente para a intervenção e análises dos nossos convidados. As análises e os conteúdos das 18 recomendações principais do livro verde justificam atenção e análise críticas cuidadas por parte de todos os estudiosos e interessados mas, sobretudo por parte do mundo do trabalho organizado. E quando falo que isto interessa a todos, deve interessar em especial ao mundo do trabalho organizado porque é evidente o vínculo especial entre trabalho trabalhadores e sistema previdencial desde logo, pelo especial regime de financiamento através da tributação dos rendimentos do trabalho e ao mesmo tempo assegura a autonomia do sistema previdencial no quadro do sistema de segurança social e do estado português. Ora, o documento apresenta propostas e sugestões além daquelas que já referi, sobre variadíssimas matérias e, desde logo, sobre o sistema de financiamento e da diversificação das suas fontes, sobre medidas contra a sustentabilidade do sistema que vão além do sistema público e propõe o desenvolvimento de sistemas de capitalização privada sobre a análise **atualidália** e a revisão da composição da distribuição da TSU e pelas várias eventualidades e riscos cobertos. Um regime mais restritivo para antecipação da idade da reforma e a

modificação da indexação da idade máxima de trabalho da administração pública a da idade normal de acesso à pensão, a revisão do modelo de gestão do fundo de equilíbrio financeiro da Segurança Social que como é sabido está a caminho do possuir reservas correspondentes ao pagamento de 2 anos pensões e muitas outras sugestões propostas que certamente serão objeto de referência e de contraditório no debate. É verdade que o livro verde valoriza e defende o sistema público de segurança social nos termos previstos da Constituição e assume o sistema previdencial como pilar fundamental do sistema público de Segurança Social português mas quando analisa as perspectivas de sustentabilidades financeiras no médio e longo prazo, o impacto dos riscos demográficos ou das mudanças no trabalho e tecnológicas, orienta as propostas e sugestões de resposta estes riscos mais para soluções de estímulo aos sistemas complementares privados e menos, parece, para o próprio desenvolvimento do sistema público de pensões. Ao mesmo tempo adianta propostas de integração da tutela e da gestão da Caixa Geral de Aposentações, um sistema fechado financiado pelo orçamento de estado e caminha naturalmente para a sua extinção. E como dizia, a integração da tutela e da gestão desta da Caixa Geral de Aposentações com o sistema providencial que podem ir ao encontro daqueles que há muito usam a mistura e a combinação das contas dos dois sistemas que são essencialmente distintos para apregar a existência da insustentabilidade do sistema público de segurança social e deduzir daí as suas receitas para abertura do sistema aos mercados financeiros ou seja, e para concluir, indo além do âmbito previsto no despacho de constituição da comissão, pergunta-se, não está este livro verde a abrir a porta para um debate que favorece a perspectiva de que o caminho para enfrentar os riscos presentes e futuros da segurança social está não no aperfeiçoamento do sistema público e na sua capacidade de pagar pensões mais justas cuja solidez e estabilidade têm sido comprovadas, mas antes em desenvolver e dar benefícios fiscais às soluções de capitalização privada, oferecidas pelo sistema financeiro e que também são objeto de análise no livro verde? Eis uma questão em aberto que fica desde já entre outras também à consideração dos nossos convidados.